

## PLANO DE ENSINO

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

**Disciplina:** Democratização e Controle do Poder Judiciário

**Professor:** Gustavo Raposo Pereira Feitosa

**Créditos:** 03 (três)

**Carga Horária:** 45 h/a

**E-mail:** gfeitosa@unifor.br

### 2. SÍNTESE DE CURRÍCULO

Gustavo Raposo Pereira Feitosa é Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado) da Universidade de Fortaleza (Unifor) e Professor Associado de Direito Processual Civil na Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordena o Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos da Unifor e lidera o grupo de pesquisa "JET - Justiça em Transformação". Sua trajetória acadêmica inclui graduação em Direito pela UFC (1997), mestrado em Sociologia pela UFC (2000) e doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp (2005). Em 2011, atuou como *Professeur Invité na Université du Havre*, França, consolidando sua experiência internacional. Foi Coordenador de Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas da Unifor (2007-2009 e 2013-2014) e editor do periódico *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas* por mais de 10 anos. Coordenou e participou de projetos financiados pelo CNPq, Capes, Funcap, Finep, Banco Mundial, entre outras instituições. Suas pesquisas concentram-se na interseção entre direito, tecnologia e transformação da justiça, com ênfase em reforma do sistema de justiça, gestão de conflitos, magistratura e democracia, direitos humanos, política e segurança internacional, e políticas públicas. Pioneiro na aplicação de métodos quantitativos e jurimetria ao estudo do direito no Brasil, desenvolve projetos inovadores que combinam pesquisa científica com soluções práticas para o aprimoramento do sistema judicial. Desde 2004, atua como mediador profissional e formador de mediadores, tendo contribuído significativamente para a difusão da cultura de resolução adequada de conflitos no Brasil. Sua experiência interdisciplinar, combinando ciências sociais, direito constitucional e processual, ciência política e métodos quantitativos, posiciona-o como referência em estudos sobre inovação e transformação da justiça.

### 3. OBJETIVO

O objetivo da disciplina consiste em apresentar elementos para compreender e analisar o processo de construção do Judiciário brasileiro em suas relações com o sistema político. O curso deve contribuir para a reflexão mais densa e profunda sobre as características, qualidades e problemas das instituições do Sistema de Justiça, bem como para avaliação

crítica dos desafios necessários á transformação da ação dos seus principais atores num ambiente plural e democrático.

#### 4. EMENTA

O estudo sobre as transformações na inserção do Poder Judiciário na democracia brasileira exigem a reflexão sobre o papel da magistratura e das instituições judiciais na história política nacional. A disciplina enfoca a importância dos bacharéis e magistrados na construção das instituições presentes no Brasil desde o período colonial. Discute-se a formação jurídica e a atuação dos bacharéis e magistrados na vida política e social do país como forma de compreender os percursos seguidos até o momento da transição para um regime democrático após o Regime Militar de 1964. As obras estudadas permitem contribuir para um debate mais denso sobre os elementos fundadores da ideologia do campo jurídico brasileiro e sobre as premissas para uma verdadeira discussão sobre a reforma e transformação do Judiciário e de suas práticas.

#### 5. PROGRAMA

	CONTEÚDO DAS AULAS	DATA
1	Apresentação da disciplina. Distribuição dos textos e dos seminários. Definição dos parâmetros de avaliação. Introdução à bibliografia	
2	Unidade 1 Os bacharéis e a magistratura na construção do Estado Nacional brasileiro. Texto: SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil Colonial.	
3	Unidade 1 Reformas judiciais e a busca do modelo liberal de justiça. Texto: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem — Teatro das Sombras.	
4	Unidade 1 Reformas judiciais e a busca do modelo liberal de justiça. Texto: KOERNER, Andrei. Judiciário e cidadania na construção da república brasileira.	
5	Unidade 2 Judiciário, Magistratura e o controle social no Brasil. Texto: KOERNER, Andrei. Habeas Corpus, prática judicial e controle	

	social no Brasil	
6	Unidade 2 Sistema criminal e escravidão. Texto: ALEXANDER, Michelle. <b>A nova segregação: racismo e encarceramento em massa.</b>	
7	Unidade 2 Judiciário e magistratura e seu papel no sistema político brasileiro. Texto: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, exada e voto — o município e o regime representativo no Brasil.	
8	Unidade 2 Ensino jurídico e o modelo judicial brasileiro. Texto: VENÂNCIO FILHO. Das arcadas ao bacharelismo — 150 anos de ensino jurídico no Brasil.	
9	Unidade 3 Democratização, Redemocratização e transformações no Judiciário brasileiro. Texto: VIANNA, Luiz Werneck et. al. Corpo e alma da magistratura brasileira.	
10	Unidade 3 Democratização, Redemocratização e transformações no Judiciário brasileiro. Texto: VIANNA, Luiz Werneck et. al. Judicialização da política e das relações sociais no Brasil.	
11	Unidade 3 Repensando o papel dos juízes na democracia. Texto: GARAPON, Antoine. O juiz e a democracia — o guardião das promessas.	
12	Unidade 4 Transformações institucionais e redemocratização. Texto: SILVA, Kátia Aida. Justiça em jogo: novas facetas da atuação dos promotores de justiça.	
13	Unidade 4 Transformações institucionais e redemocratização. Texto: CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. <b>A política da justiça: blindar as elites: criminalizar os pobres.</b>	
14	Unidade 4 CNJ e o Sistema de Justiça. CAPPELLETTI, Mauro. Juízes Irresponsáveis?	
15	Unidade 4	



Democracia, controle e fiscalização do Judiciário e dos Juízes.  
VOLCANSEK, Mary L. Judicial Misconduct — a cross-national  
comparison.

## 6. METODOLOGIA:

A disciplina será ministrada por meio de aulas expositivas e da realização de seminários com a discussão de textos previamente selecionados que integram a bibliografia obrigatória. O processo de ensino e aprendizagem centra-se na construção dialogal do conhecimento, com estímulo à reflexão crítica e ao protagonismo dos alunos e alunas. A leitura e o debate envolvem a análise cuidadosa das obras em seus contextos históricos específicos e a identificação dos aspectos metodológicos centrais na construção de cada um dos livros.

## 7. AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá por meio de apresentação de trabalho escrito na forma de artigo científico que incorpore os debates e leituras realizados ao longo da disciplina. As temáticas e problemas abordados nos trabalhos deverão conciliar o conteúdo programático da disciplina com as áreas de pesquisa dos alunos. Também será levado em consideração a participação dos alunos ao longo do curso, a seriedade e o comprometimento com as leituras e os debates, bem como a participação ativa nas discussões em sala de aula.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa.** Trad. Pedro Davoglio. Revisão e notas téc. Silvio Luiz de Almeida. 1. Ed. São Paulo Boitempo, 2017.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Irresponsáveis.** Porto Alegre: Fabris, 1989.

CARDOSO, H. S.; DAL RI, L. Sistema de justiça, dogma do controle social penal e naturalização da barbárie. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 27, e98419, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e98419>.

CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. **A política da justiça: blindar as elites: criminalizar os pobres.** 1. ed. — São Paulo : Hucitec, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem — Teatro das Sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAVES, Luciano Athayde. **O arquipélago da justiça**: o modelo do governo judicial no Brasil e o controle do estatuto da magistratura. São Paulo: Dialética, 2022.

CHAVES, Daniela Lustoza Marques de Souza. **Enigmas de gênero**: mulheres e carreira na magistratura federal. 2021. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) — Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2021.

COMBS, Nancy Amoury. Redressing judicial misbehavior: an integrated approach to judicial immunity. **Faculty Publications**, 2246, 2024. Disponível em: <https://scholarship.law.wm.edu/facpubs/2246>.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; PASSOS, Daniela Veloso Souza. O concurso público e as novas competências para o exercício da magistratura: uma análise do atual modelo de seleção. **Seqüência**, Florianópolis, n. 76, p. 131-154, ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n76p131>.

FEITOSA, Gustavo Raposo; LEITE, Livia Chaves. Lei antidrogas no Brasil: nova segregação racial? *Revista de Direito*, Viçosa, v. 13, n. 2, 2021. DOI: [doi.org/10.32361/2021130211200](https://doi.org/10.32361/2021130211200).

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; DE ALMEIDA, Davi Everton Vireira; DIAS, Thaís Araújo. Igualdade de Gênero nos Tribunais pelo Quinto Constitucional: Um Caminho Pela Paridade no Sistema Eleitoral da OAB e a Participação Feminina nas Cúpulas Judiciais. **Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 98, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i98.5289. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5289>.

FLORY, Thomas. **El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial**, 1808-1871. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONTAINHA, Fernando; MIRANDA DE SÁ CAMPELO, Matheus. A Gênese da Magistratura Brasileira: os Bacharéis Letrados na Pós-Independência. **REVISTA QAESTIO IURIS**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 100—125, 2026. DOI: 10.12957/rqi.2025.95498. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/95498>.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia** — o guardião das promessas. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na construção da república brasileira**. São Paulo: Hucitec/ Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

KOERNER, Andrei. **Habeas Corpus, prática judicial e controle social no Brasil**. São Paulo: IBCrim, 1999.


LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, exada e voto** — o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.


LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; OLIVEIRA, Wolney Nascimento de. Poder judiciário na constituição de 1824: uma análise das raízes do caráter antidemocrático e sua democratização no estado democrático de direito. **GeSec: Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 12, p. 1, 2024.

POPOVA, Maria; ALLISON, Christine Rothmayr. Politicization of courts in European democracies. In: HOWARD, Robert M.; RANDAZZO, Kirk A.; REID, Rebecca A. (ed.). **Research handbook on law and political systems**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023. p. 169-185. DOI: <https://doi.org/10.4337/9781800378346.00015>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

 SILVA, Kátia Aida. **Justiça em jogo: novas facetas da atuação dos promotores de justiça**. São Paulo: Edusp, 2001.

 TULKENS, F. Judicial activism v judicial restraint: practical experience of this (false) dilemma at the European Court of Human Rights. **European Convention on Human Rights Law Review**, v. 3, n. 3, p. 293-300, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1163/26663236-bja10048>.

VENÂNCIO FILHO. **Das arcadas ao bacharelismo** — 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck et. al. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. **Judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, 1999.

VOLCANSEK, Mary L. **Judicial misconduct: a cross-national comparison**. Gainesville: University Press of Florida, 1996.

WANG, Z.; ZHANG, W.; HE, F. et al. Turning the wheels of justice: how judicial reforms deter corporate misconduct in China. **Journal of Business Ethics**, v. 204, p. 243-272, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-025-06105-7>.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.